

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Portaria n.º 235/84

de 14 de Abril

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 519-F2/79, de 29 de Dezembro, o seguinte:

1.º A área da competência territorial da Conservatória do Registo Predial do Montijo é reajustada à área do respectivo concelho, com as alterações nesta introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 41 320, de 14 de Outubro de 1957.

2.º Esta portaria entra em vigor em 2 de Maio de 1984.

Ministério da Justiça.

Assinada em 30 de Março de 1984.

O Ministro da Justiça, *Rui Manuel Parente Chancelle de Machete*.

Portaria n.º 236/84

de 14 de Abril

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 519-F2/79, de 29 de Dezembro, o seguinte:

1.º As áreas da competência territorial das Conservatórias do Registo Predial de Montemor-o-Novo e do Montijo são reajustadas às áreas dos respectivos concelhos, com as alterações nestas introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 40 502, de 23 de Janeiro de 1956.

2.º Esta portaria entra em vigor em 2 de Maio de 1984.

Ministério da Justiça.

Assinada em 30 de Março de 1984.

O Ministro da Justiça, *Rui Manuel Parente Chancelle de Machete*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**Portaria n.º 237/84**

de 14 de Abril

Considerando que a Portaria n.º 519/83, de 4 de Maio, criou no distrito de Lisboa uma escola na localidade de Bocal de Baixo, freguesia de Santo Estêvão das Galés, concelho de Mafra, com 1 lugar;

Verificando-se que a mencionada escola se situa não em Bocal de Baixo mas em Bocal de Cima, localidade que na rede do ensino primário está incluída no núcleo escolar de Montemuro;

De acordo com o disposto no corpo do artigo 1.º do Decreto n.º 20 181, de 7 de Agosto de 1931, no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20-A/82, de 29 de

Janeiro, e no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 412/80, de 27 de Setembro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º A Portaria n.º 519/83, de 4 de Maio, passa a ter a seguinte redacção no que se refere à criação de escolas no distrito de Lisboa:

Distrito de Lisboa:

Bocal de Cima, Montemuro, Santo Estêvão das Galés, Mafra (1).

2.º O disposto no número anterior produz efeitos desde a data de entrada em vigor da mencionada Portaria n.º 519/83, de 4 de Maio.

3.º É autorizado o início de funcionamento da Escola de Bocal de Cima, sendo-lhe atribuído o n.º 2.

4.º À escola já existente em Montemuro é atribuído o n.º 1.

Ministério da Educação.

Assinada em 15 de Fevereiro de 1984.

O Ministro da Educação, *José Augusto Seabra*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE**Portaria n.º 238/84**

de 14 de Abril

A rubéola é uma doença benigna que, pelas manifestações patológicas que habitualmente provoca, não justificaria que fosse evitada pela vacinação. No entanto, é do conhecimento científico internacional que esta doença, atingindo as mulheres grávidas susceptíveis, sobretudo no primeiro trimestre da gravidez, pode ocasionar o aborto espontâneo ou malformações congénitas de certa gravidade, conhecidas pela designação de «síndrome da rubéola congénita», como surdez, cataratas, glaucoma, atraso mental, defeitos valvulares cardíacos, persistência de *ductus* de Botal e outras.

Algumas destas malformações, como, por exemplo, a surdez, em geral são detectadas tardiamente.

A descoberta de uma vacina contra a rubéola nos últimos anos da década de 60 permitiu que passássemos a dispor de uma arma muito eficaz na prevenção desta doença. Assim, a partir de 1969/1970, especialmente em alguns países desenvolvidos, foi posto em execução um programa nacional de vacinação contra a rubéola, com excelentes resultados na prevenção desta doença. Os esquemas cronológicos de aplicação da vacina são essencialmente de 2 tipos:

- a) Aquele que tem por finalidade a erradicação da doença, com a vacinação sistemática de todas as crianças, em geral durante o segundo ano de vida, como é o caso dos Estados Unidos da América do Norte;
- b) Aquele que tem como objectivo principal o controle da rubéola congénita, com a vacinação de todas as raparigas na idade pré-púbere, como sucede na generalidade dos países europeus que já introduziram esta vacina nos seus programas.

Note-se que em ambos os tipos se preconiza também a vacinação das mulheres susceptíveis durante a sua idade fértil.

Assim:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Saúde, ao abrigo da Lei n.º 2036, de 9 de Agosto de 1949, o seguinte:

1.º A vacinação contra a rubéola é incluída no programa nacional de vacinações, previsto no Decreto-Lei n.º 46 628, de 5 de Novembro de 1965.

2.º A rubéola e a síndrome da rubéola congénita passam a ser doenças de notificação obrigatória e incluídas na tabela aprovada pela Portaria n.º 18 143, de 21 de Dezembro de 1960.

3.º A presente portaria será regulamentada por despacho do Ministro da Saúde.

Ministério da Saúde.

Assinada em 1 de Março de 1984.

O Ministro da Saúde, *António Manuel Maldonado Gonilha*.

MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, FLORESTAS E ALIMENTAÇÃO E DO COMÉRCIO E TURISMO

SECRETARIAS DE ESTADO DA ALIMENTAÇÃO
E DO COMÉRCIO INTERNO

Portaria n.º 239/84

de 14 de Abril

Considerando a necessidade de alterar a composição da Comissão Consultiva do Mercado da Carne de Bovino, criada pela Portaria n.º 756/82, de 4 de Agosto;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Secretários de Estado da Alimentação e do Comércio Interno, que o n.º 2.º da Portaria n.º 756/82, de 4 de Agosto, passe a ter a seguinte redacção:

2.º A Comissão é constituída por um representante da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, que preside, e pelos seguintes vogais:

- a) 1 representante do Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação e 1 representante do Ministério do Comércio e Turismo;
- b)
- c)
- d)
- e)

Secretarias de Estado da Alimentação e do Comércio Interno.

Assinada em 4 de Abril de 1984.

O Secretário de Estado da Alimentação, *Jacinto José Montalvão de Santos e Silva Marques*. — O Secretário de Estado do Comércio Interno, *Carlos Alberto Antunes Filipe*.

SECRETARIAS DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA ALIMENTAÇÃO
E DO COMÉRCIO INTERNO

Portaria n.º 240/84

de 14 de Abril

Considerando que se torna necessário estimular e valorizar a produção de bovinos;

Considerando que a produção existente já justifica, a nível nacional, a implementação de uma classificação que contemple a qualidade das carcaças produzidas;

Considerando ainda a necessidade de adoptar uma perspectiva de adaptação progressiva e gradual da nossa norma de classificação à legislação comunitária;

Definem-se normas de classificação para bovinos, apuradas com base em critérios que atendem à conformação, idade e estado de gordura das carcaças respectivas.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Secretários de Estado da Agricultura, da Alimentação e do Comércio Interno, o seguinte:

1.º Para efeitos do disposto na presente portaria, entende-se por carcaça a rês abatida, esfolada e privada das miudezas, das gorduras escrotais e mamárias e das da cavidade pélvica, mas conservando o rim e a gordura envolvente, e com os membros seccionados ao nível das articulações carpometacarpicas e tarsometatarsicas (NP-776/1983).

2.º Para efeitos de classificação, considera-se:

- a) Vitelo ou vitela o bovino, macho ou fêmea, com a idade máxima de 6 meses;
- b) Novilho o bovino macho até ao fim do terceiro desfecho (6 incisivos de substituição);
- c) Novilha o bovino fêmea até ao fim do segundo desfecho (4 incisivos de substituição);
- d) Bovino adulto macho o de idade correspondente ao quarto desfecho ou superior;
- e) Bovino adulto fêmea o de idade correspondente ao terceiro desfecho ou superior.

3.º As carcaças de bovino serão classificadas por categorias, de acordo com o disposto no anexo 1.

4.º As categorias definidas no anexo 1 aplicam-se a vitelos e vitelas, a novilhos e novilhas e a bovinos adultos machos e fêmeas.

5.º A classificação e a identificação das carcaças é obrigatória, competindo a sua execução à Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

6.º A Junta Nacional dos Produtos Pecuários empreenderá as medidas necessárias para que as presentes normas sejam aplicadas em todo o País.

7.º O presente diploma entra em vigor 6 meses após a data da sua publicação.

Secretarias de Estado da Agricultura, da Alimentação e do Comércio Interno.

Assinada em 5 de Abril de 1984.

O Secretário de Estado da Agricultura, *José Herculano Brito de Carvalho*. — O Secretário de Estado da Alimentação, *Jacinto José Montalvão de Santos e Silva Marques*. — O Secretário de Estado do Comércio Interno, *Carlos Alberto Antunes Filipe*.